MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING
20 de julho de 2020

Juiz defere pedido do MP e afasta do cartório eleitoral de Paço do Lumiar servidora filiada a partido e ligada a Fred Campos

Por **Daniel Matos** • domingo, 19 de julho de 2020

0 comentário

Fabiana da Silva Souza disputou a eleição de vereador em Paço do Lumiar em 2016, mas não obteve êxito

O juiz Gustavo Henrique Silva Medeiros, titular do Cartório Eleitoral da 93° Zona Eleitoral, em Paço do Lumiar, determinou a devolução da servidora municipal Fabiana da Silva Souza, até então cedida àquela unidade judiciária. O magistrado atendeu solicitação do Ministério Público, que alegou que a alegou impedimemto da funcionária de atuar no cartório por ser filiada a partido político e ser ligada ao.pré-candidato a prefeito de Paço do Lumiar Fred Campos (PDT).

Em seu despacho, o juiz Gustavo Medeiros assinala que Fabiana tinha ciência da.sua impossibilidade de assumir funções no cartório eleitoral, pois o.documento que oficializou sua cessão listava todas as condições pata que fosse aceita no órgão.

Fabiana é filiada ao PRB, partido.pelo qual disputou a eleição de vereador em Paço do Lumiar em 2016, sem sucesso. Ela integra o grupo político liderado por Fred Campos.

O pedido de afastamento de Fabiana do cartório faz parte do procedimento inatauraso pelo Ministério Público para apurar a transferência suspeita de quase 3 mil títulos eleitorais para Paço do Lumiar em plena pandemia do novo coronavírus.

PODER

Promotoria ajuíza ação contra Prefeitura de Paraibano por irregularidades na Saúde

19/07/2020 11h02

0

O Ministério Público do Maranhão ajuizou Ação Civil Pública contra o Município de Paraibano, nesta quinta-feira, 16, devido a irregularidades cometidas na gestão da rede municipal de saúde, sobretudo no que se refere aos serviços, recursos e procedimentos.

Em pedido liminar, o MPMA requer que o Munícipio de Paraibano seja obrigado a sanar, de modo integral, no prazo de três meses, todas as irregularidades constantes no Relatório de Auditoria n° 18496, do Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde (Denasus).

Em caso de descumprimento da ordem judicial de obrigação de fazer, foi pedido que seja determinado o imediato bloqueio e sequestro dos valores nas contas da municipalidade, no montante de R$ 100 mil. Também foi requerida a aplicação de multa diária ao gestor municipal, José Hélio Pereira de Sousa, no valor de R$ 5 mil, como medida para forçá-lo a não deixar de cumprir as obrigações impostas.

A Ação Civil foi ajuizada pelo titular da Promotoria de Justiça de Paraibano, Gustavo Pereira Silva.

AUDITORIA

Realizada no período de julho de 2018 a maio de 2019, a auditoria do Denasus verificou a execução das ações de saúde nas Unidades Básicas de Saúde e na farmácia onde são dispensados os medicamentos da Assistência Farmacêutica Básica, assim como a aplicação dos recursos recebidos para o financiamento da Atenção Básica e do Componente Básico da Assistência Farmacêutica.

Os auditores visitaram as Unidades Básicas de Saúde Raimundo Pereira de Sá, Darcy Furtado, Severino Furtado de Brito e da Vazante (que foi renomeada como UBS Francisco Dias de Carvalho).

IRREGULARIDADES

No que se refere aos serviços de saúde prestados à população de Paraibano, entre as irregularidades mais comuns estão: o descumprimento da carga horária pelos profissionais da saúde da família e saúde bucal, médicos e cirurgiões dentistas; inadequações nas condições da estrutura predial dos estabelecimentos de saúde, bem como inexistência de equipamentos e materiais indispensáveis para o bom funcionamento das unidades básicas de saúde e desenvolvimento das ações básicas prestadas pelas equipes de Saúde da Família/Saúde Bucal; e a falta de comprovação quanto à capacitação dos profissionais das Estratégias Saúde da Família e Saúde Bucal.

No item da assistência farmacêutica, foram verificados diversos problemas, como: a farmácia onde são dispensados os medicamentos da Assistência Farmacêutica Básica não possui Alvará Sanitário; o setor apresenta fragilidade no controle de estoque de medicamentos e materiais; instalação inadequada dos extintores de incêndio da farmácia e almoxarifado e falta de registro de recolhimento de medicamentos deteriorados ou vencidos pela Vigilância Sanitária Municipal; e o município de Paraibano não comprovou o repasse de contrapartida municipal para o financiamento do Componente Básico da Assistência Farmacêutica referente ao período de julho a dezembro de 2018.

PROVIDÊNCIAS

De acordo com a Promotoria de Justiça de Paraibano, após o recebimento do relatório da auditoria, e na tentativa de resolver extrajudicialmente a demanda, requereu à própria Secretária de Saúde de Paraibano, no dia 8 de agosto de 2019, o prazo de 30 dias para solucionar os problemas mencionados. “Passados mais de 11 meses, não há nenhuma comprovação nos autos da investigação ministerial de que a municipalidade tenha tido interesse em resolver os problemas apontados”, revelou o promotor Gustavo Pereira Silva.

“Em virtude do risco iminente à coletividade, eis que se trata de matéria de saúde, e não havendo possibilidade da resolução extrajudicial, este Ministério Público recorre ao Poder Judiciário visando resguardar os direitos fundamentais de todos os cidadãos paraibanenses em matéria de direito sanitário”, justificou o membro do MPMA.

Roberto Costa e Othelino Neto reforçam diálogo com o MP

Por Zeca Soares 18/07/2020 Comente

O deputado Roberto Costa visitou, nesta sexta-feira (17), junto com o presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Othelino Neto, o recém-empossado Procurador de Justiça do Maranhão, Eduardo Nicolau. O encontro serviu para reforçar a importância do diálogo entre as instituições e para desejar uma boa gestão ao PGJ.

O presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, Othelino Neto, salientou a importância da visita. “Com essa relação harmônica, respeitosa e, claro, independente, a sociedade é quem ganha”, enfatizou.

Para o Procurador Geral, Eduardo Nicolau, o entrosamento entre o poderes é essencial para a democracia. “O Maranhão precisa dessa harmonia. Temos que fazer tudo, juntos, em prol do povo do Maranhão”, pontuou Nicolau.

Roberto Costa destacou que a visita sinaliza que a Assembleia Legislativa e o Ministério Público andam de mãos dadas. “A Assembleia é a representante da população. Eu fico feliz de saber que estamos todos com o foco no bem-estar dos maranhenses”, finalizou.

Participaram, também, da reunião, as procuradoras Mariléa Campos, Themis Pacheco, Regina Rocha e Lize Costa, que compõe a gestão administrativa do Ministério Público do Maranhão.

Parceria – Durante a conversa, Roberto Costa destacou a importância do Ministério Publico para a sociedade. Inclusive, atualmente, no combate ao coronavírus. O MPMA, por intermédio dos promotores Michelle Saraiva, Tiago Quintanilha e Sandra Pontes, faz parte do Comitê de Crise em Bacabal e é essencial para o diálogo com as outras instituições.

O deputado pontou, também, a liminar que foi concedida na Ação Popular que, ajuizada por ele, garantiu que as agências do Banco da Amazônia permaneçam abertas em Bacabal, Pinheiro (a ação teve o apoio da promotora de justiça de Pinheiro, Linda Luz Carvalho) e Santa Inês.

Foto: Divulgação

Othelino reforça harmonia entre o Legislativo e o MP em visita ao procurador-geral de Justiça

Postado em: **17 de julho de 2020** por: **Juraci Filho** —

O presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Othelino Neto (PCdoB), reforçou o relacionamento harmonioso e independente que há entre o Parlamento Estadual e o Ministério Público do Maranhão, em visita ao procurador-geral de Justiça, Eduardo Nicolau, nesta sexta-feira (17).

O deputado Roberto Costa (MDB), o procurador-geral da Alema, advogado Tarcísio Araújo, e membros da nova diretoria do MPMA, empossada no mês de junho, também participaram do encontro.

Além de discutir parcerias futuras com a instituição, o chefe do Legislativo Estadual entregou uma cópia da Constituição Estadual Anotada ao procurador-geral de Justiça e desejou, mais uma vez, êxito na condução da instituição, cuja principal missão é defender os interesses da sociedade.

“Além disso, buscamos reforçar essa relação de harmonia não só entre os poderes, mas também com os órgãos e instituições como o MP. Com essa relação respeitosa e, claro, independente, a sociedade é quem ganha”, afirmou Othelino.

Eduardo Nicolau pontuou o entrosamento que o MPMA tem não só com o Poder Legislativo, mas, também, com o Executivo e o Judiciário, sempre trabalhando em prol do povo do Maranhão. “Eu, do Ministério Público, sou o maior defensor daqueles com maior estado de necessidade. Estou com essa batalha diária e não estou só. Tenho certeza que tenho ao meu lado os deputados estaduais e federais, o Governo do Estado e o Tribunal de Justiça. Juntos, de braços dados, vamos melhorar a situação da população carente do Maranhão”, disse.

Diálogo

O deputado Roberto Costa destacou a importância da atuação do Ministério Público nos municípios maranhenses, principalmente neste momento de enfrentamento à pandemia da Covid-19, orientando os gestores municipais e discutindo propostas para a garantia do cumprimento de determinações legais. “O Poder Legislativo sempre caminhou de mãos dadas com o Ministério Público, respeitando, claro, a independência das instituições, mas sabendo que o diálogo é necessário para a construção de propostas que venham a beneficiar a população”, assinalou.

“Não há dúvidas de que o Ministério Público é um parceiro nas conquistas em prol da sociedade, e o presidente Othelino, com essa visita, também colocou a Procuradoria da Assembleia à disposição da instituição para qualquer comunicação necessária”, completou Tarcísio Araújo.

Também estiveram presentes a corregedora-geral do MP, Themis Maria Pacheco de Carvalho; a subprocuradora-geral de justiça para Assuntos Administrativos, Regina Maria da Costa Leite; a subprocuradora-geral de justiça para Assuntos Jurídicos, Lize de Maria Brandão de Sá Costa; e a procuradora de Justiça Mariléa Campos dos Santos Costa.

Othelino reforça harmonia entre o Legislativo e o MP em visita ao procurador-geral de Justiça

Publicado em **17 de julho de 2020** por **djalmarodrigues**

Othelino, acompanhado do deputado Roberto Costa, visitou o procurador-geral de Justiça, Eduardo Nicolau, a quem desejou êxito na condução do MPE

O presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Othelino Neto (PCdoB), reforçou o relacionamento harmonioso e independente que há entre o Parlamento Estadual e o Ministério Público do Maranhão, em visita ao procurador-geral de Justiça, Eduardo Nicolau, nesta sexta-feira (17).

O deputado Roberto Costa (MDB), o procurador-geral da Alema, advogado Tarcísio Araújo, e membros da nova diretoria do MPMA, empossada no mês de junho, também participaram do encontro.

Além de discutir parcerias futuras com a instituição, o chefe do Legislativo Estadual entregou uma cópia da Constituição Estadual Anotada ao procurador-geral de Justiça e desejou, mais uma vez, êxito na condução da instituição, cuja principal missão é defender os interesses da sociedade.

“Além disso, buscamos reforçar essa relação de harmonia não só entre os poderes, mas também com os órgãos e instituições como o MP. Com essa relação respeitosa e, claro, independente, a sociedade é quem ganha”, afirmou Othelino.

Eduardo Nicolau pontuou o entrosamento que o MPMA tem não só com o Poder Legislativo, mas, também, com o Executivo e o Judiciário, sempre trabalhando em prol do povo do Maranhão. “Eu, do Ministério Público, sou o maior

MP busca parcerias para ampliar atendimento à população mais vulnerável

17/07/2020 às 20:37 em Sem categoria

Ampliação de postos de atendimento foi discutida

Com o objetivo de garantir aos cidadãos de maior vulnerabilidade social acesso mais amplo aos seus direitos, o Ministério Público do Maranhão iniciou uma série de tratativas com autoridades e representantes de outras instituições para implantar nos municípios de São Luís, São José de Ribamar, Raposa e Paço do Lumiar postos de atendimento.

Nesta quinta-feira, 16, o procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, reuniu-se com o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Lourival Serejo, na sede do Poder Judiciário, no Centro de São Luís, juntamente com o defensor-geral do Maranhão, Alberto Bastos, para tratar da proposta do MPMA. A ideia é implantar os postos em locais de grande circulação e com facilidade de acesso para a população mais pobre.

“O nosso compromisso no Ministério Público é ampliar, cada vez mais, o acesso dos cidadãos mais vulneráveis aos seus direitos. Queremos que as pessoas menos favorecidas não precisem se deslocar tanto para ter suas demandas atendidas. Viemos buscar o apoio do Tribunal de Justiça a essa iniciativa”, destacou Nicolau.

Na ocasião, Lourival Serejo afirmou que irá apoiar o projeto do MPMA garantindo a presença de juízes conciliadores nos postos, que também vão abrigar promotores de justiça e defensores públicos. Além disso, a Justiça estadual vai disponibilizar profissionais de assistência social para receber os cidadãos. “O Poder Judiciário apoia essa iniciativa”, afirmou.

CÂMARA MUNICIPAL

Em seguida, o presidente da Câmara Municipal de São Luís, vereador Osmar Filho, o vereador Raimundo Penha e o procurador do Legislativo municipal, Victor Cardoso, reuniram-se com o chefe do MPMA, na sede da Procuradoria Geral de Justiça, para conhecerem a proposta apresentada anteriormente ao Poder Judiciário.

Nicolau detalhou que já debateu a proposta com os prefeitos de São Luís, São José de Ribamar e Paço do Lumiar, tendo recebido adesão por parte dos gestores. A proposta igualmente será apresentada à prefeita de

POLÍTICA

Justiça bloqueia R$ 133 mil de Dunga por contrato com empresa de fachada

Ação visa ressarcimento aos cofres públicos de Icatu. Contrato foi fechado com a Precision Soluções em Diagnósticos, alvo da PF

PUBLICADO POR **YURI ALMEIDA**
HÁ 2 DIAS

O juiz Celso Serafim Júnior, da Comarca de Icatu, determinou, liminarmente, o bloqueio de R$ 133 mil das contas bancárias do prefeito de Icatu, José Ribamar Moreira Gonçalves, o Dunga (PMN), em uma ação de improbidade administrativa sobre a contratação da Precision Soluções em Diagnósticos, empresa de fachada.

Também foram condenados a secretaria municipal de Saúde, Bruna Daniele Madeira Ferreira; e Lúcia Maria Chuairy Cunha, Terezinha de Jesus Silva de Souza e Alexandre Chuairy Cunha, respectivamente, sócio-administradoras e operador da empresa.

Por meio da ação, o Ministério Público do Maranhão busca o ressarcimento de danos causados aos cofres municipais pelos envolvidos na contratação. Por esta razão, caso não seja possível o bloqueio, o magistrado determinou a indisponibilidade de bens imóveis de Dunga e demais condenados.

Eles têm 15 dias para se manifestarem no processo.

Alvo da Operação Cobiça Fatal, deflagrada pela Polícia Federal e CGU (Controladoria-Geral da União) no início de junho, a Precision Soluções em Diagnósticos é suspeita de integrar associação criminosa de fraude

em licitações e superfaturamento na aquisição dos insumos hospitalares que serviriam ao combate à proliferação da pandemia do novo coronavírus.

Em Icatu, foi contratada pela gestão Dunga por dispensa de licitação, com base na situação de emergência e do plano de contingência da pandemia de Covid-19, no valor de R$ 2 milhões. Horas após a busca e apreensão da PF no endereço cadastral da Precision e a prisão de Alexandre Chuairy, a Prefeitura de Icatu revogou o contrato com a empresa de fachada.

Contudo, já havia efetuado o pagamento no valor a ser ressarcido aos cofres públicos.

Na análise da documentação juntada aos autos, ficou constatado que o Dunga e a secretária municipal de Saúde contrataram a Precision apesar da empresa reunir capacidade técnica para o fornecimento de máscaras e demais insumos objeto do contrato, e que os demais envolvidos se beneficiaram do contrato.

MP-MA aciona município de Paraibano por irregularidades na rede de saúde

O Ministério Público do Maranhão ajuizou Ação Civil Pública contra o município de Paraibano, na última quinta-feira (16), devido a irregularidades cometidas na gestão da rede municipal de saúde, sobretudo no que se refere aos serviços, recursos e procedimentos.

Em pedido liminar, o MP-MA requer que o munícipio de Paraibano seja obrigado a sanar, de modo integral, no prazo de três meses, todas as irregularidades constantes no Relatório de Auditoria nº 18.496, do Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde (Denasus).

Em caso de descumprimento da ordem judicial de obrigação de fazer, foi pedido que seja determinado o imediato bloqueio e sequestro dos valores nas contas da municipalidade, no montante de R$ 100 mil. Também foi requerida a aplicação de multa diária ao gestor municipal, José Hélio Pereira de Sousa, no valor de R$ 5 mil, como medida para forçá-lo a não deixar de cumprir as obrigações impostas.

A Ação Civil foi ajuizada pelo titular da Promotoria de Justiça de Paraibano, Gustavo Pereira Silva.

Auditoria

Realizada no período de julho de 2018 a maio de 2019, a auditoria do Denasus verificou a execução das ações de saúde nas Unidades Básicas de Saúde e na farmácia onde são dispensados os medicamentos da Assistência Farmacêutica Básica, assim como a aplicação dos recursos recebidos para o financiamento da Atenção Básica e do Componente Básico da Assistência Farmacêutica.

Os auditores visitaram as Unidades Básicas de Saúde Raimundo Pereira de Sá, Darcy Furtado, Severino Furtado de Brito e da Vazante (que foi renomeada como UBS Francisco Dias de Carvalho).

Irregularidades

No que se refere aos serviços de saúde prestados à população de Paraibano, entre as

irregularidades mais comuns, estão: o descumprimento da carga horária pelos profissionais da saúde da família e saúde bucal, médicos e cirurgiões-dentistas; inadequações nas condições da estrutura predial dos estabelecimentos de saúde, bem como inexistência de equipamentos e materiais indispensáveis para o bom funcionamento das unidades básicas de saúde e desenvolvimento das ações básicas prestadas pelas equipes de Saúde da Família/Saúde Bucal; e a falta de comprovação quanto à capacitação dos profissionais das Estratégias Saúde da Família e Saúde Bucal.

No item da assistência farmacêutica, foram verificados diversos problemas, como: a farmácia onde são dispensados os medicamentos da Assistência Farmacêutica Básica não possui Alvará Sanitário; o setor apresenta fragilidade no controle de estoque de medicamentos e materiais; instalação inadequada dos extintores de incêndio da farmácia e almoxarifado e falta de registro de recolhimento de medicamentos deteriorados ou vencidos pela Vigilância Sanitária Municipal; e o município de Paraibano não comprovou o repasse de contrapartida municipal para o financiamento do Componente Básico da Assistência Farmacêutica referente ao período de julho a dezembro de 2018.

Providências

De acordo com a Promotoria de Justiça de Paraibano, após o recebimento do relatório da auditoria, e na tentativa de resolver extrajudicialmente a demanda, requereu à própria Secretária de Saúde de Paraibano, no dia 8 de agosto de 2019, o prazo de 30 dias para solucionar os problemas mencionados. “Passados mais de 11 meses, não há nenhuma comprovação nos autos da investigação ministerial de que a municipalidade tenha tido interesse em resolver os problemas apontados”, revelou o promotor Gustavo Pereira Silva.

“Em virtude do risco iminente à coletividade, eis que se trata de matéria de saúde, e não havendo possibilidade da resolução extrajudicial, este Ministério Público recorre ao Poder Judiciário visando resguardar os direitos fundamentais de todos os cidadãos paraibanenses em matéria de direito sanitário”, justificou o representante do MP-MA.

(Informações do MP-MA)

jornalodebate@jornalodebate.com.br

Fundadores: **Fátima Ribeiro e Jacir Moraes**

O Debate
do Maranhão

36 anos
Um jornal que tem história.

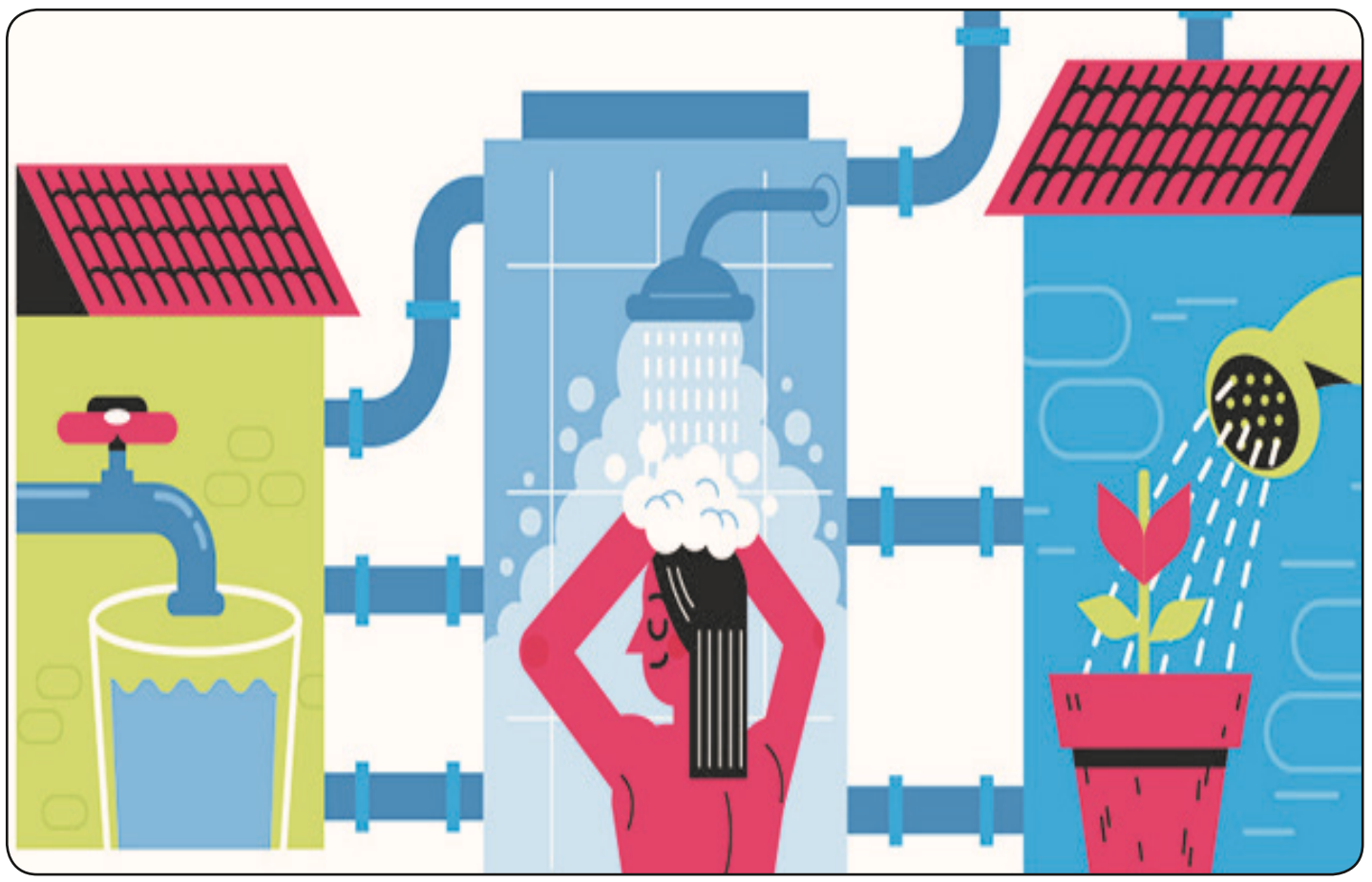
Ano 36 | Edição **11.969** | **19 e 20/7/2020** | Domingo e Segunda - Feira | **São Luís - MA** | **R$ 2,00**

A notícia a toda hora, em qualquer lugar.

jornalodebate.com.br
Acesse. Compartilhe.

Lei prevê água potável para 99% da população e coleta de esgoto para 90% até 2033

Veja os principais pontos da lei que atualiza o marco legal do saneamento básico, sancionada no último dia 15 pelo presidente Jair Bolsonaro. *Pag. 8*



Nacional
■Página. 2

BNDES lança nesta segunda-feira Plano de Estímulo à Aposentadoria

Geral
■ Página. 5

Rua Digna garante mais acesso para escoar produção de agricultores na zona rural de São Luís

Cidade
■ Página. 6

Estádio Nhozinho Santos está em fase de finalização da maior reforma de sua história

Nacional
■ Página. 2

Guedes promete entregar primeira parte da reforma tributária na terça

Política
■Página. 3

Exército Brasileiro já se planeja para ajudar o TRE-MA nas eleições 2020

Geral
■Página. 3

TCEparticipa de levantamento nacional sobre gastos públicos noenfrentamento da pandemia

LOTERIAS

Lotofácil
03 04 05 06 07
08 09 11 12 17
19 20 22 24 25

COTAÇÕES

US$ 1 (um dólar) R$ 5,34
Dólar turismo R$ 5,6186
Euro comercial R$ 6,15
Euro turismo R$ 6.3608

TEMPO

31°
26º
chuva 59%
0.0 mm
Períodos Chuva

MARÉS

19/07/2020
04:17 1.1
10:09 5.6
16:53 1.0
23:06 5.1

FALE CONOSCO:
(98) **98860-0388**

jornalodebate.com.br
Acesse. Compartilhe.
O Debate do Maranhão

Em Foco

Raízen inaugura terminal de distribuição em São Luís

O complexo portuário de Itaqui, na capital do Maranhão, ganhou uma nova base de distribuição de combustíveis. A Raízen iniciou, no fim de maio, as operações do terminal ferroviário de São Luís, maior base privada já construída e operada pela empresa e que deve se tornar o ponto primário de importação de derivados e de exportação de etanol, interligando refinadores privados do Brasil e do exterior.

Com investimento de R$ 200 milhões, o novo terminal tem capacidade para movimentar 1,5 bilhão de litros de combustíveis por ano e pode armazenar até 80 milhões de litros gasolina A, Diesel S 10 e S500.

Construído em terreno de 140.000 m² na retroárea do Porto de Itaqui, no polo industrial de São Luís, o terminal vai multiplicar a oferta de combustíveis na área de influência do porto, afetando positivamente os Estados do Maranhão, Piauí, Pará, Tocantins e Mato Grosso, além de funcionar como HUB de cargas para outros portos nos estados da região Norte e Nordeste. O investimento estratégico em infraestrutura ajudará a reduzir custos na cadeia produtiva agrícola e de transportes da região, além de trazer benefícios para o Maranhão - como os quase 1.000 empregos diretos e 500 empregos indiretos gerados no período de obras, 50 empregos diretos ligados à operação e a contratação preferencial de materiais e serviços da região.

TJMA condena o Estado e a Caema por dano ambiental em manguezal de São Luís

A 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) manteve sentença da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, para condenar o Estado do Maranhão e a Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (CAEMA) por dano ambiental, causado pelo lançamento de dejetos in natura pelo Condomínio Novo Tempo II e pela CEASA em manguezal e córrego que deságua no Rio Anil, em São Luís (MA). A sentença – oriunda da Ação Civil Pública de Obrigação de Fazer ajuizada pelo Ministério Público Estadual (MPMA) – condenou o Estado do Maranhão, construtor do condomínio Novo Tempo II e a CAEMA, responsável pela manutenção do sistema de esgoto, a reformar a estação elevatória de tratamento de esgoto que atende o local, no prazo de um ano, e a pagar indenização de R$ 50 mil pelos danos ambientais causados aos manguezais próximos ao Sítio Santa Eulália. Além disso, obrigou o Poder Público Estadual a adotar medidas necessárias com o objetivo de fazer cessar o dano ambiental causado, no prazo de 90 dias, sob pena de multa diária no valor de R$ 1 mil. Todos os valores de indenização e multa serão revestidos ao Fundo Estadual de Direitos Difusos. A decisão teve relatoria da desembargadora Ângela Salazar, sendo acompanhada pelos desembargadores Jorge Rachid e Kleber Carvalho, conforme parecer da Procuradoria Geral de Justiça. A sentença de Primeiro Grau mantida foi proferida pelo juiz Douglas Martins.

Estádio Nhozinho Santos está em fase de finalização da maior reforma de sua história

Gigante da Vila Passos passou pela maior reforma já feita na arena nos 70 anos de fundação; com as obras, gestão do prefeito Edivaldo presenteará população uma arena moderna e confortável.

O Estádio Municipal Nhozinho Santos está no estágio de finalização da obra onde os operários trabalham nos últimos detalhes antes do estádio ser entregue novamente à população, previsto para o mês de agosto. Durante sete décadas de história, é a primeira vez que o espaço está passando por uma ampla reforma, que vai permitir mais conforto e segurança aos torcedores que fazem do estádio o memorável "Gigante da Vila Passos", como é popularmente conhecido. A intervenção, realizada pela gestão do prefeito Edivaldo Holanda Junior tornou o estádio mais moderno e foi todo adaptado para pessoas com deficiência, e segue, agora, todas as normas técnicas e de acessibilidade. A reforma do Nhozinho é uma das centenas de frentes de trabalho da Prefeitura de São Luís executadas por meio do programa São Luís em Obras.

De acordo com o prefeito Edivaldo, a ampla reforma realizada no Nhozinho Santos parte da idealização de um estádio modernizado, seguindo as normas de acessibilidade e segurança necessárias para receber jogos estaduais e nacionais, futuramente. "O Estádio Nhozinho Santos é um importante espaço da história de São Luís, pelo qual a população tem muito carinho e boas lembranças. Por meio do São Luís em Obras, adequamos toda a arena para comportar com conforto e segurança os amantes do futebol maranhense. Vamos entregar um novo estádio à população", destacou.

SAÚDE

Obras no Hospital da Ilha chegam a 40% de execução

O Hospital da Ilha, a maior obra da saúde já feita no Maranhão, continua com a construção a todo vapor. Coordenada pela Secretaria de Estado da Infraestrutura, as obras de construção do novo Hospital da Ilha, localizado na Av. São Luís Rei de França, na capital, avançam e já passam dos 40% de execução do projeto.

"Esse é o maior programa de expansão na área da saúde na história do Maranhão. Neste caso, essa é maior obra do estado com mais de 200 leitos nessa fase inicial, expansão para chegar a 400 leitos. Com uma estrutura moderna, será totalmente equipado, para funcionar como Hospital de Urgência e Emergência, atendendo ao desejo antigo de toda a região metropolitana da Ilha. Estamos empenhados e determinados para que em breve seja entregue mais esse equipamento público de altíssima qualidade à população do nosso estado", afirmou o

secretário de Estado da Infraestrutura, Clayton Noleto.

Como uma obra de grande porte, a construção é feita por blocos e etapas. Nesta etapa, os serviços atualmente estão concentrados no término de execução de alvenaria dos blocos A e E, já avançando para a impermeabilização do piso da cobertura e a abertura da calha. Alguns blocos como o D e o E, já estão mais avançados, com a execução das instalações elétricas e hidráulicas juntamente com o reboco e o revestimento cerâmico.

Segundo o gerente de contrato do Hospital da Ilha, Lauro Campos, a obra está em ritmo avançado. "As instalações internas já estão em andamento, estamos começando a parte de cabeamento e os equipamentos pesados como ar condicionado e transformador estão chegando na obra" disse. Isso mostra o ritmo progressivo dos trabalhos.

Ao todo, 255 pessoas estão trabalhando para o mais rápido possível, dentro de todas as normas de segurança vigentes por causa do novo coronavírus, entregarem mais esse equipamento a saúde pública maranhense.

Os investimentos na construção deste hospital já chegam a R$ 195 milhões, o que garantirá aos maranhenses um equipamento de ponta com tratamentos especializados, inclusive de queimados, o primeiro do estado.

Sobre o hospital

O Hospital da Ilha vai contar com atendimento de urgência e emergência adulto e pediátrico, nove centros cirúrgicos, UTIs, Unidade de Tratamento de Queimados, laboratórios, setor de hemodiálise, tomografia, oito elevadores (sendo cinco exclusivos para maca e pacientes), além de auditório, amplo estacionamento e um heliponto.

Na primeira etapa, serão entregues 212 leitos, distribuídos em sete blocos de atendimentos; na segunda etapa, serão totalizados aproximados 400 leitos de internação e Unidade de Terapia Intensiva (UTI).